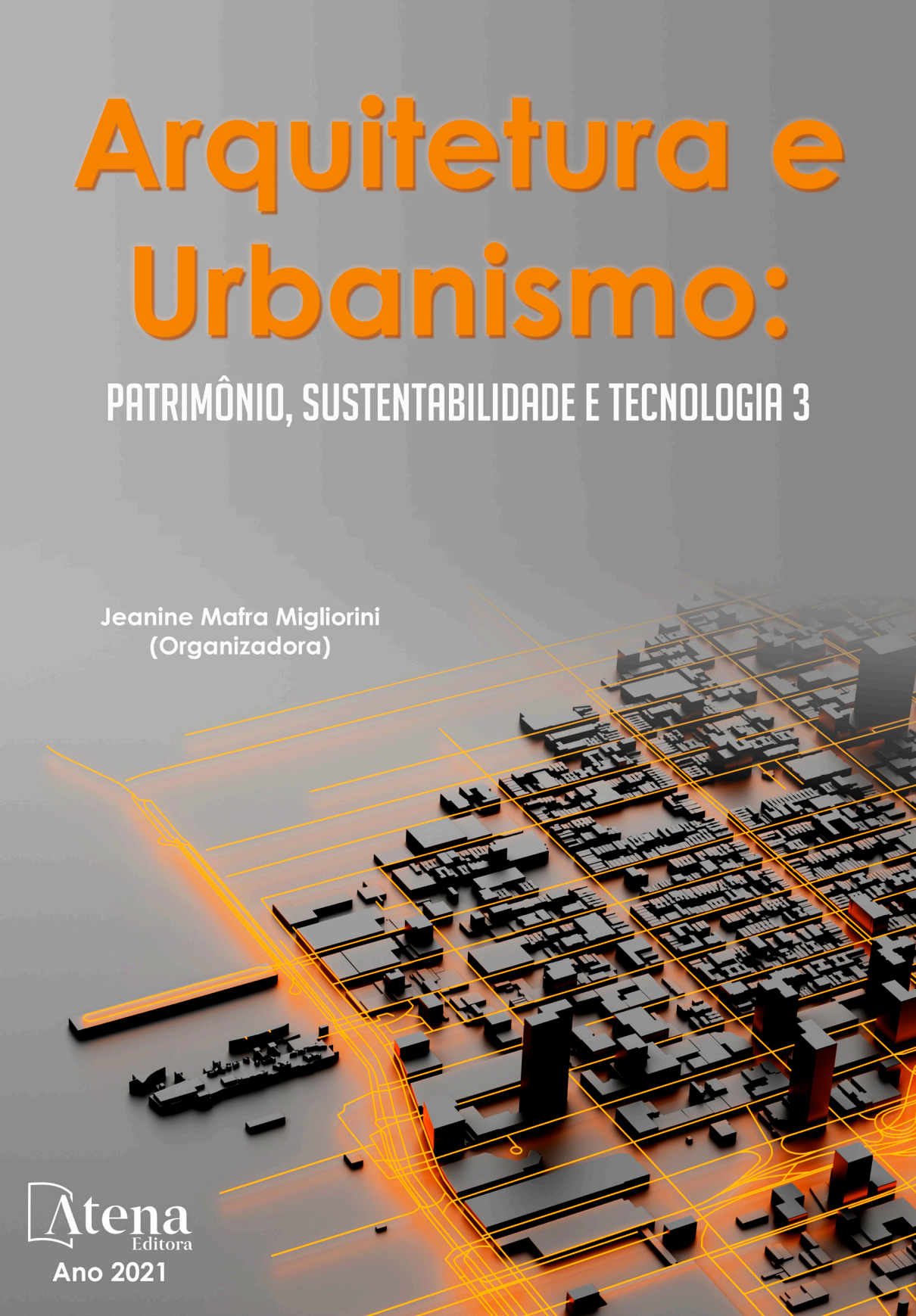


Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 3

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)



Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 3

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 3 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-312-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.122211607>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

“A cidade é uma casa grande, e a casa é uma cidade pequena.”

Leon Battista Alberti

Diariamente somos impactados pelos ambientes em que vivemos, sejam espaços abertos ou fechados, pequenos ou amplos, a casa ou a cidade. Planejar esses ambientes com qualidade é necessário, e isso implica na precisão de amplo conhecimento e nas discussões acerca dessa produção. Esse é o objetivo dos artigos que aqui se apresentam, trazer à tona debates, ideias, questionamentos e possíveis soluções dentro da arquitetura e urbanismo.

Várias dessas questões estão no âmbito do pensamento sustentável, quais materiais, quais estratégias podem ser usadas. Também abrange os pontos de transformação de espaços já existentes, uma vez que a consciência do impacto do abandono ou mesmo da demolição do já existente é mais uma das preocupações que integram esse tema tão vasto.

Na esfera urbana o debate traz à tona a necessidade de inclusão, do direito à cidade amplo e irrestrito, abrangendo parcelas da população muitas vezes negligenciadas. Abraça também os espaços pontuais que preenchem o urbano, e nele constroem uma identidade.

Todos esses processos dialéticos de debate devem ser trazidos à tona para manter o ciclo de ressignificações nos projetos residenciais, comerciais e urbanos, atestando o que Alberti defende da casa como uma pequena cidade e da cidade como uma pequena casa. É nesse pensamento que devemos embarcar para nos apropriarmos do melhor que os espaços têm a nos oferecer e refletirmos sobre as questões que nos faltam, que não estão em consonância com o ambiente idealizado.

Boa leitura e boas reflexões!


Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ANÁLISE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E CONFORTO TÉRMICO EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS


Elisabeti de Fátima Teixeira Barbosa
Adriana Petito de Almeida Silva Castro
Lucila Chebel Labaki
Camila de Freitas Albertin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222116071>

CAPÍTULO 2..... 14

ESTRATÉGIAS BIOCLIMÁTICAS QUE INFLUENCIAM NO CONFORTO TÉRMICO: OS HOSPITAIS SARAH BRASÍLIA E SARAH LAGO NORTE


Tháís Aurora Vilela Sancho
Éderson Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222116072>

CAPÍTULO 3..... 34

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL: NET POSITIVE HOME E SEUS SISTEMAS

Paola Serafim Filócomo
Paulo Roberto Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222116073>

CAPÍTULO 4..... 49

CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL LEED-ND: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA DA PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA EM ESTUDOS DE CASO


Rafael Lublo
Arnoldo Debatin Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222116074>

CAPÍTULO 5..... 63

VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DE SISTEMA FOTOVOLTAICO PARA INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO


Renata Mansuelo Alves Domingos
Emeli Lalesca Aparecida da Guarda
João Carlos Machado Sanches

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222116075>

CAPÍTULO 6..... 76

CARACTERIZAÇÃO DE PLACAS POLIMÉRICAS PRODUZIDAS A PARTIR DA APLICAÇÃO DO RESÍDUO INDUSTRIAL DE POLIURETANA TERMOFIXA E DA FIBRA VEGETAL DE COCO


Marcela Marques Costa
Victor José dos Santos Baldan
Javier Mazariegos Pablos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222116076>

CAPÍTULO 7..... 88

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E GERENCIAMENTO EM EMPREENDIMENTOS DE RETROFIT

Eduarda Santana Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222116077>

CAPÍTULO 8..... 98

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA

Larissa Fernandes de Oliveira Cavalcante

Débora de Barros Cavalcanti Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222116078>

CAPÍTULO 9..... 109


PELOS CAMINHOS DA REGULARIZAÇÃO URBANA: O CASO DO PROJETO MORADIA LEGAL PARA TODOS COMO INSTRUMENTO DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL URBANA

Reginaldo Magalhães de Almeida

Iara Cassimiro de Oliveira

Gabriela Arantes Reis

Julia Malard Almeida


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1222116079>

CAPÍTULO 10..... 121

PELO “DIREITO À CIDADE” DA JUVENTUDE NEGRA PERIFÉRICA

Daniel Victor Gouveia Lage

Daniela Abritta Cota


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160710>

CAPÍTULO 11..... 133

CAMINHABILIDADE EM QUESTÃO: PRÁTICAS, POLÍTICAS E COTIDIANO

Ana Luiza Cavalcanti Mendonça

Débora de Barros Cavalcanti Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160711>


CAPÍTULO 12..... 147

FEIRAS LIVRES NA CIDADE DE MACEIÓ: A CONFORMAÇÃO URBANA LOCAL E A RELAÇÃO COM O RUÍDO

Ana Caroline Araújo Ferreira da Silva

Bianca Oliveira Pontes


Maria Lucia Gondim da Rosa Oiticica

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160712>

CAPÍTULO 13..... 160

A ABORDAGEM SOBRE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NOS PLANOS DIRETORES DA CIDADE DE TERESINA, PIAUÍ


Wilza Gomes Reis Lopes
Larissa de Fátima Ribeiro Mesquita
Emmanuelle de Alencar Araripe
João Angelo Ferreira Neto
Karenina Cardoso Matos
Nícia Bezerra Formiga Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160713>

CAPÍTULO 14..... 175

PAISAGISMO E CONFORTO URBANO: ARBORIZAÇÃO


Cristiane Augusta Gomes Bodra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160714>

CAPÍTULO 15..... 186

QUESTÕES AMBIENTAIS URBANAS ARTICULAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÕES LOCAIS E SOCIEDADE

Clelia Maria Vieira Dantas
Hugo Vigas Lima dos Santos
Miriam Medina-Velasco
Anaie Leite Silva Morais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160715>

CAPÍTULO 16..... 203

LINEAMIENTOS PARA LA DEFINICIÓN DE UN MODO DE CRECIMIENTO URBANO SOSTENIBLE. EL CASO DE MENDOZA (ARGENTINA), PROVINCIA DE TIERRAS SECAS


Mariana Silvina Sammartino
María del Carmen Mendoza Arroyo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160716>

CAPÍTULO 17..... 220

PRODUÇÃO HABITACIONAL RECENTE EM ARARAQUARA / SP: ASPECTOS DE INSERÇÃO URBANA E TIPOLOGIAS PREDOMINANTES FRENTE AOS PROCESSOS DE RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL EM CIDADES MÉDIAS

José Aparecido Ferreira Basílio




 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160717>

CAPÍTULO 18..... 234

PROJETO STANDARD *VERSUS* URBANIDADE EM FRENTE DE ÁGUA: O CASO DO COMPLEXO CANTINHO DO CÉU, SÃO PAULO

Michelle Souza Benedet

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160718>

CAPÍTULO 19.....	246
CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS E OCUPAÇÃO DA REGIÃO SUL DE LONDRINA-PR: RELAÇÃO RURURBANA E A NATUREZA COMO VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
Sandra Catharinne Pantaleão Resende	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160719	
CAPÍTULO 20.....	264
A ASSOCIAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS E AEROPORTUÁRIAS COMO CATALISADORAS DO DESENVOLVIMENTO URBANO: O CASO DA CIDADE DE SANTOS	
Vitoria Benassi Motter	
Carlos Andrés Hernández Arriagada	
Guilherme Alexandre Gallo Cavenaghi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160720	
CAPÍTULO 21.....	288
DE FERIDAS URBANAS A CIRURGIAS SUBTERRÂNEAS: TRANSFORMAÇÕES GERADAS PELO METRÔ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL	
Sonia Schlegel Costa	
Vera Lucia Ferreira Motta Rezende	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12221160721	
SOBRE A ORGANIZADORA	307
ÍNDICE REMISSIVO.....	308

CAPÍTULO 10

PELO “DIREITO À CIDADE” DA JUVENTUDE NEGRA PERIFÉRICA

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 01/04/2021

Daniel Victor Gouveia Lage

Arquiteto urbanista pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
Contagem – MG
<http://lattes.cnpq.br/3035273056172510>

Daniela Abritta Cota

Arquiteta urbanista, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Observatório Urbano de São João del-Rei, MG
São João del-Rei – MG
<http://lattes.cnpq.br/1503457502003869>

RESUMO: O objetivo deste trabalho é refletir sobre novas práticas de planejamento urbano a partir da percepção de jovens negros da periferia de São João del-Rei, MG. Por meio da aplicação de entrevistas e questionários focados na análise da percepção que esses jovens negros têm em relação à cidade, busca-se evidenciar que a vivência urbana e a forma de apropriação do espaço público são bastante restritas e, na maioria das vezes, violenta, tanto nos bairros periféricos onde moram, quanto nas áreas centrais da cidade. Contudo, apesar das dificuldades em que se encontra, a juventude negra periférica ainda resiste por meio de manifestações

sociais, culturais, artísticas e também políticas, vinculadas principalmente com o Movimento Hip Hop. Por essa razão, é necessário um novo tipo de planejamento (MIRAFTAB, 2016), onde essas práticas cidadãs também sejam reconhecidas e seus agentes tenham espaço para exercê-las, pois apenas elas têm o potencial para efetivar o “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001) para esses indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Vivência urbana. Juventude negra periférica. Direito à cidade. Planejamento insurgente.

FOR THE “RIGHT TO THE CITY” OF BLACK YOUTH IN THE OUTSKIRTS

ABSTRACT: The objective of this work is to reflect on new urban planning practices, based on the perception of young black people from the outskirts communities of São João del-Rei, MG. Through the application of interviews and questionnaires focused on the analysis of the perception that these young blacks have about the city, we seek to show that urban experience and the form of appropriation of public space is very restricted and, in most cases, violent, both in the outskirts communities where they live and in the central areas of the city. However, despite the difficulties they face, black youth in the outskirts still resist through social, cultural, artistic and also political manifestations, mainly linked to the Hip Hop Movement. For this reason, a new type of planning is needed (MIRAFTAB, 2016), where these citizen practices are also recognised and their agents have the space to exercise them, as only they have the potential to make the “right to the city” (LEFEBVRE, 2001) effective for these

individuals.

KEYWORDS: Urban experience. Black youth in the outskirts. Right to the city. Insurgent planning.

11 O DIREITO À CIDADE LEFEBVRIANO E A PERDA DE SEU CONCEITO ORIGINAL

Segundo Rolnik (1995) a cidade é uma obra social coletiva. Porém, sabemos que nem todos têm acesso a ela na sua integridade. Neste contexto, o conceito de “direito à cidade”, estabelecido por Lefebvre (2001) vem permeando as discussões recentes sobre o planejamento urbano e busca o usufruto igualitário de todos os recursos existentes na cidade. De acordo com o autor, “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 22), ou seja, ela se fundamenta na diversidade e na coexistência dos diferentes grupos que nela residem. Para Lefebvre (2001, p. 23), a cidade perdeu sua característica de integração e convivência social no espaço urbano. Ao adquirir um caráter capitalista, a cidade intensificou o “valor de troca” e se tornou um espaço de exploração e segregação. Neste sentido, o “direito à cidade” só seria possível em outro modelo de sociedade, de caráter anticapitalista, onde prevaleceria o “valor de uso”, e não o “valor de troca”.

De acordo com a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006, p. 1), estamos vivendo em um constante processo de urbanização em uma escala global nas últimas décadas; na qual essa taxa tende a crescer ainda mais nos próximos anos. Para Sanches, Sobreira e Araujo Junior (2017, p. 5), conforme cresce o número de pessoas residentes nas cidades, o número de conflitos sociais urbanos também aumenta, pois é no espaço urbano onde as desigualdades na distribuição de renda, de oportunidades, de poder político, de acessos aos bens e serviços públicos em geral, vão se tornar mais evidentes. Por isso, segundo os autores (2017, p. 6), a questão urbana se tornou uma temática bastante discutida internacionalmente, fazendo com que o conceito de “direito à cidade” fosse incorporado em alguns documentos internacionais, tornando-o um fundamento jurídico.

Isso também se refletiu no Brasil. A Constituição de 1988 incorporou em seu texto o princípio da função social da propriedade e dedicou um capítulo inédito sobre a política de desenvolvimento urbano, responsabilizando o poder público municipal na elaboração do Plano Diretor, lei que determinaria diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano local. Entretanto, somente 13 anos depois é que houve a regulamentação desses dispositivos constitucionais, com a criação do Estatuto da Cidade em 2001. Apesar de o Estatuto evidenciar a questão do “direito à cidade” colocando-o como elemento central no sistema jurídico brasileiro, seus instrumentos não se propõem a romper com as estruturas de poder e opressão capitalistas e por vezes servem apenas para minimizar alguns problemas

(SANCHES; SOBREIRA; ARAUJO JUNIOR, 2017, p. 8).

Para os autores (2017, p. 10), a partir do momento em que o “direito à cidade” é assimilado pelo Estado e pelos sistemas jurídicos, este conceito político-filosófico, construído por Lefebvre, de caráter revolucionário e anticapitalista, se perdeu, adquirindo um caráter jurídico acrítico, que não contesta as estruturas do sistema capitalista na qual a sociedade se baseia e as cidades se configuram, visando apenas uma democratização simplista do acesso à cidade, sem considerar as especificidades dos vários grupos de indivíduos que nela habitam. Para que as desigualdades urbanas sejam amenizadas, é necessária a realização de propostas que possam integrar as demandas pelo “direito à cidade”, que também reconheçam a diversidade social que compõe a cidade, buscando a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, sem discriminação. E isso diz respeito também à juventude negra periférica, que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade social, destituída desse “direito à cidade” que é fundamental para o desenvolvimento pleno desse grupo social na sociedade.

2 | JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA E VIOLÊNCIA

O Estatuto da Juventude, lei brasileira de nº 12.852/2013, classifica como jovens, as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade. De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), o número de brasileiros que se encontram nessa faixa etária¹ corresponde a aproximadamente 27% da população. Um dos principais motivos para a criação de políticas públicas voltadas para esse grupo populacional específico é a violência. Segundo Cerqueira et al (2018, p. 21), só em 2016, 63,5% do total geral de óbitos por homicídios, eram de jovens entre 15 e 29 anos, sendo que 94,6% deles eram do sexo masculino.

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017 (IVJ 2017) apresenta dados relacionados à vulnerabilidade dos jovens brasileiros à violência. Além disso, ele também indica uma variável de cor/raça, levando em consideração as diferenças de mortalidade entre jovens brancos e negros no Brasil (Gráfico 1):

¹ Apesar do IBGE considerar como jovem apenas a população com faixa etária entre os 15 e 24 anos, para esse estudo, iremos considerar a faixa etária definida pelo Estatuto da Juventude, que acrescenta os 5 anos posteriores (de 25 até os 29 anos) para a formação desse grupo populacional.

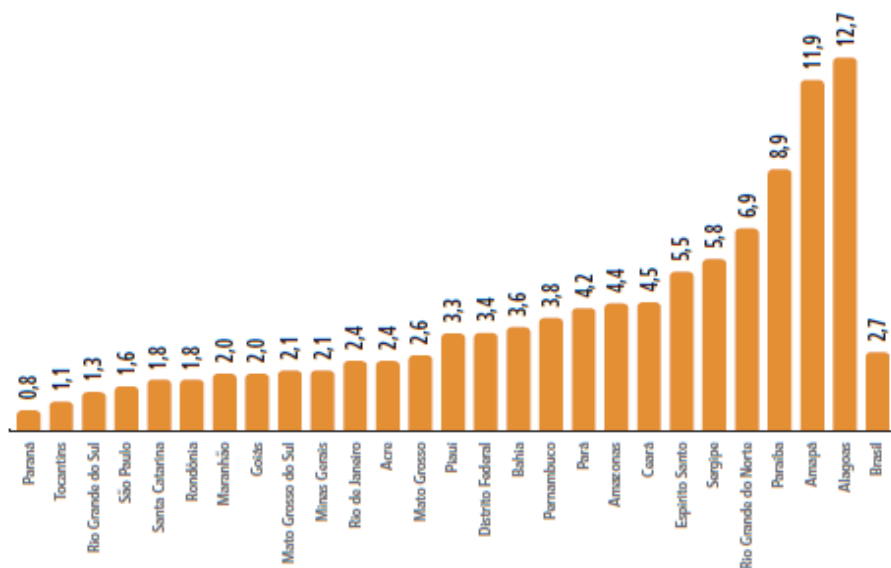


Gráfico 1: Risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco, Brasil e Ufs.

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; FBSP.

Percebe-se claramente a predominância em todo o país, de jovens negros entre as vítimas de homicídio, se comparados aos jovens brancos na mesma faixa etária. Conforme a Secretaria de Governo (2017, p. 27), “em média, jovens negros têm 2,71 mais chances de morrerem por homicídio do que jovens brancos no país”. Para agravar ainda mais a situação, estudos revelam que a desigualdade das mortes violentas por cor/raça vem aumentando nos últimos 10 anos e, de acordo com Cerqueira *et al* (2018, p. 4), “71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas”.

No ano de 2015 foi realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal com o objetivo de investigar o assassinato de jovens no Brasil. Conclui-se que, de algum modo, os homicídios da juventude brasileira, em geral, e mais precisamente da juventude negra, estão relacionados à ação e/ou omissão do Estado Brasileiro (BRASIL, 2016, p. 146). Além disso, é necessário ressaltar que tais fatos estão relacionados ao racismo fortemente presente e estruturado na sociedade. Silvio Luiz de Almeida (2018), em sua obra intitulada “O que é racismo estrutural?”, busca refletir sobre os conceitos de racismo como elemento estruturador das relações sociais. O autor (2018, p. 25) define racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Segundo Bernardino e Galdino (2004, p. 24), “vários dados estatísticos revelam que a raça é uma variável importante na explicação das desigualdades sociais, sobretudo

quando se analisa o mercado de trabalho, educação, saúde”. Tais desigualdades refletem na vivência cotidiana dos indivíduos no espaço urbano, sendo os negros os mais prejudicados. Portanto, para que essas desigualdades sejam anuladas, “políticas eficientes de prevenção da violência devem ser desenhadas e focalizadas, garantindo o efetivo direito à vida e à segurança da população negra no Brasil” (CERQUEIRA et al, 2018, p. 41), especialmente para o caso da juventude negra periférica.

Bourdieu (2002) acrescenta ainda o conceito de “violência simbólica”, definido como uma forma de violência exercida sem o uso de ação física, afetando o sujeito violentado “moral e psicologicamente”. Segundo ele, este tipo de violência se estabelece na aceitação, por vezes inconsciente, de determinada imposição, que pode ser econômica, social, cultural, institucional ou simbólica. Verificaremos como estes tipos de violência se manifestam para os jovens negros da periferia de São João del-Rei, MG.

3 I SÃO JOÃO DEL-REI E A JUVENTUDE NEGRA PERIFÉRICA

São João del-Rei está localizada no estado de Minas Gerais, estando a 184 km da capital Belo Horizonte. A cidade surgiu com a descoberta de ouro na margem esquerda do Rio das Mortes, por volta do ano 1705. De acordo com Santos (2018, p. 43), “pelo seu passado aurífero e a forte presença negra, a cidade apresenta espaços com acessos diferenciados por grupos”, pois, “enquanto grandes e imponentes igrejas estão localizadas no centro”, (...) “os terreiros de candomblé e umbanda - religiões afro-brasileiras - estão situados na periferia da periferia, nos bairros mais afastados”. Para a autora, o centro histórico de São João del-Rei, lugar para onde os olhares do poder público estão voltados, está cercado por aqueles que encontraram nas margens da cidade uma maneira de resistir e viver, mesmo que se tratando de uma São João del-Rei muito diferente da “oficial”.

Atualmente, os dados mais recentes mostram que cerca de 42% dos habitantes residentes no distrito sede do município de São João del-Rei são negros, considerando pretos e pardos autodeclarados no Censo (IBGE, 2010). Podemos observar na Figura 1 que nos bairros Senhor dos Montes e Tejuco, conhecidos por serem bairros periféricos, por estarem localizados em áreas com algum tipo de risco ambiental e por serem carentes de infraestrutura urbana adequada e de serviços básicos de saúde, lazer e educação, a população negra é sobrerrepresentada, compondo mais da metade dos residentes nesses bairros. Já nos bairros centrais (Centro e Jardim Central), onde existe a concentração do comércio e dos serviços prestados e uma infraestrutura urbana de melhor qualidade, os negros representam apenas cerca de ¼ dos moradores dos moradores. Já nos bairros semiperiféricos, ou periferias de classe média e média-alta, que possuem serviços públicos e diversos estabelecimentos, tais como supermercados, lojas, farmácias, etc., a taxa de habitantes negros fica próximo dos 40%.

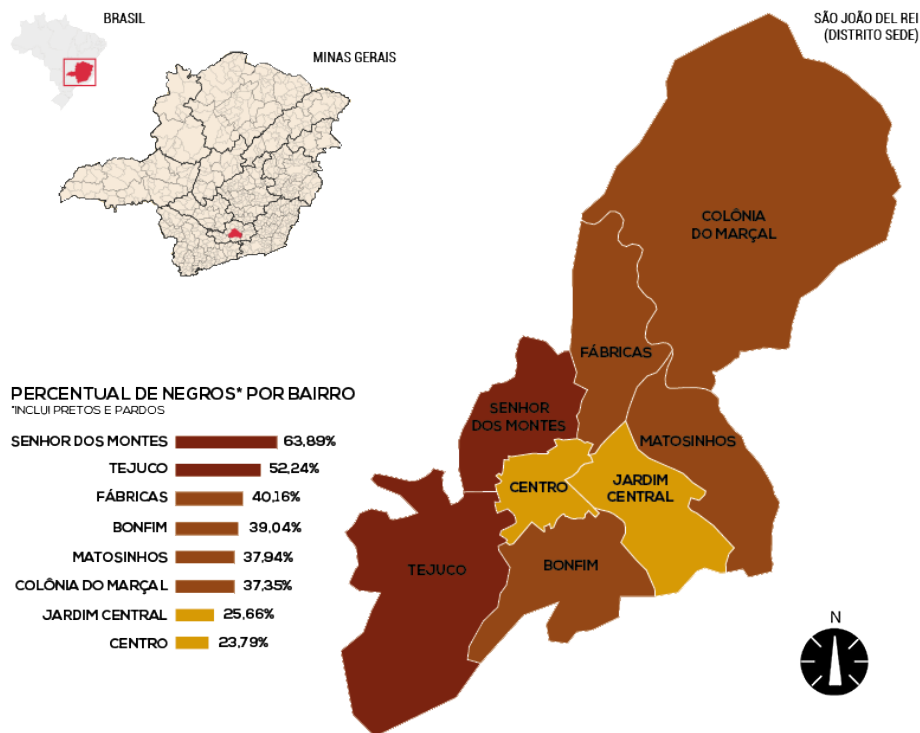


Figura 1: Mapa – Concentração da população negra em São João del-Rei, 2010.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE, 2010.

Segundo Santos (2018, p. 45), São João del-Rei é uma cidade que coloca os interesses do mercado em primeiro plano, por meio da articulação e imposição do poder público local, dos empresários e de promotores imobiliários. Apenas quem tem dinheiro para pagar por ela é que usufrui dos melhores lugares que ela tem para oferecer. Para os demais, que não possuem poder aquisitivo para custear esse “produto”, restam somente as áreas periféricas da cidade, resultando na segregação socioespacial.

41 VIVÊNCIAS URBANAS DA JUVENTUDE NEGRA PERIFÉRICA SÃO-JOANENSE: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS

Para compreender melhor a vivência urbana da juventude negra periférica de São João del-Rei, foram utilizadas as seguintes metodologias de pesquisa: a entrevista, o questionário e o mapa mental. Tais metodologias visam apreender a experiência urbana vivida pelos jovens negros, tanto nos bairros onde moram (periferia), quanto no restante da cidade (centro).

De acordo com Almeida (2013, p. 156), a relação que os jovens periféricos estabelecem com as áreas centrais da cidade é diferente da relação com o bairro onde

vivem, no qual existe um sentimento de pertencimento ao lugar. Sair do bairro onde moram significa transitar pela cidade, e muitos desses jovens têm certo receio de andar pelo centro da cidade ou por outros lugares distantes do seu local de origem. Apesar desses jovens (da periferia são-joanense) possuírem relações afetivas com o bairro, principalmente por conta dos moradores, amigos e vizinhos, e dos movimentos culturais e religiosos que ali existem, (nos questionários e entrevistas) eles também pontuaram que a questão da violência e do tráfico de drogas, além da distância de grandes supermercados e a falta de infraestrutura em alguns lugares, são fatores que fazem com que a vida na periferia seja mais custosa.



Figura 2: Mapa Mental de H., 20 anos, moradora do bairro Dom Bosco.

Fonte: LAGE, 2019, p.69.

O mapa mental de H. (Figura 2), 20 anos, moradora do bairro Dom Bosco, é um ótimo exemplo para demonstrar a desigualdade existente entre centro e periferia no que diz respeito à oferta de serviços e comércio, obrigando esses jovens a se deslocarem até o centro para ter acesso aos serviços. Porém, a articulação entre Centro e Periferia é bastante complicada, seja pela topografia, seja pela escassez e pelo preço (alto) do transporte público. Assim, a mobilidade urbana deste público é precária. Prova disso, é que 62% desses jovens costumam andar a pé, enquanto que 30% costumam usar da bicicleta como principal meio de transporte. O transporte público é a última alternativa.

De um modo geral, em relação à segurança, percebe-se que existe certa contradição: ao mesmo tempo em que esses jovens se sentem seguros em caminhar pelo bairro, pelo fato de conhecerem os demais moradores, eles também evitam alguns lugares específicos e até mesmo são ensinados a evitá-los, porque são considerados perigosos, por conta de serem conhecidos como áreas que pertencem ao tráfico de drogas: “O bairro não é tão

perigoso assim, sabe. Mas a gente é ensinado a tomar muito cuidado. Então tem alguns pontos específicos que a gente evita ..." afirma F., 29 anos. Outra constatação relevante foi de que as mulheres são as que mais afirmaram sentir certa insegurança e desconforto em caminhar pelo bairro, principalmente no período da noite, em que há menos movimento. A insegurança também aumenta quando pessoas desconhecidas começam a circular pelo bairro, por conta do tráfico de drogas. Essa movimentação de estranhos pelo bairro acaba gerando desconfiança e medo:

Eu sou mulher, né. Geralmente eu não me sinto segura andando em um monte de lugares. Mas aqui no bairro, eu me sinto segura porque eu conheço a maioria das pessoas. Mas também depende da época. Às vezes nem todo mundo que tá na rua é gente daqui. Às vezes o bairro tá muito movimentado com coisa que não é legal. Eu tô falando do tráfico em si, né. (G., 20 anos).

Essa contradição em relação à segurança também aparece quando esses jovens contam da relação que eles possuem com outros bairros da cidade, principalmente com as áreas centrais. Alguns jovens acreditam que a presença da polícia intimida, pois a abordagem policial é marcada de violência e é constante. L., 24 anos, relata: "Não me sinto seguro quando vem a polícia, que vê a gente maloqueiro desse jeito e já chega junto. Toda hora a gente tá sendo abordado, mesmo quando tá tranquilo". G., 20 anos, moradora do bairro Dom Bosco, aponta essa contradição no comportamento da polícia: "Essa coisa da segurança, é muito estranha também, porque são pessoas que deveriam fazer a nossa segurança. Mas a gente não se sente nenhum pouco seguro". Para ela, a experiência vivida no Centro por muitos dos jovens negros da periferia de São João del-Rei é muito diferente da vivida nos bairros onde eles moram; mas, que em ambas existe a violência: "A gente, enquanto pessoas pretas periféricas, a gente está num ambiente de violência em qualquer ambiente, seja na comunidade onde a gente mora, seja no Centro".

Para D., arte-educador negro são-joanense, a cidade limita o espaço de ação dos jovens negros de um jeito muito cruel, principalmente dos mais novos. Em São João del-Rei, onde o passado escravocrata ainda é muito presente no imaginário da população, é muito bem colocado os lugares que esses jovens negros podem e não podem ir. "Se a gente tá falando de um corpo, que tem toda uma construção de uma narrativa que coloca ele num lugar subalternizado pela sociedade, ele aprende a se ver assim. Ele aprende que a sociedade vê ele assim". É uma estrutura que pretende manter esse corpo subalternizado no espaço. A função desse corpo negro é trabalhar, servir como mão-de-obra barata. O direito ao lazer lhe é negado.

Entretanto, apesar de todas as adversidades em que se encontra, a juventude negra periférica são-joanense ainda resiste por meio de manifestações sociais, culturais, artísticas, e também políticas, vinculadas principalmente com o Movimento Hip Hop da cidade. Uma série de atividades são desenvolvidas no Rap na Bika (evento independente criado e organizado pela juventude periférica): oficinas para as crianças, rodas de conversas

para as mães, apresentações de artistas locais, exibições de curtas e claro, as famigeradas batalhas de rap (Figura 3). “Nós jovens da periferia estamos gritando para ser vistos. A gente tá gritando por oportunidades e a cidade tá fechando os olhos pra isso” (SANTOS, 2018a apud SANTOS, 2012, p. 81).² Enquanto arte-educador, D. acredita que a juventude negra periférica tem uma corporeidade muito expressiva; pois, como ela presentifica toda essa dinâmica de poder, ela tem uma atuação vigorosa diante dessa situação: “Quando esse corpo, que é subalternizado, ele se coloca de uma forma libertária frente a esse sistema ele rompe uma estrutura de opressão, uma estrutura de opressão não só do corpo dele, mas também do corpo do outro”.



Figura 3: Atividades realizadas pelo Rap na Bika.

Fonte: Página oficial do Rap na Bika <<https://www.facebook.com/rapnabika/>> Acesso em 08 jun. 2019.

De acordo com Silva (2007, p. 6), “a experiência de vida na localidade é o que confere legitimidade política ao discurso musical. Os rappers assumem, assim, a condição de porta-vozes de um universo silenciado pelos meios de comunicação e ignorado pelo

² SANTOS, D. Entrevista concedida a Bruna Lúcia dos Santos. São João del-Rei, 25 abr. 2018a

poder público”. F., 29 anos é MC e faz parte do Movimento Hip Hop são-joanense há 12 anos. Para ela, estar no Centro é se afirmar, é resistir. É ocupar espaços que lhes são negados com o intuito de romper com esses discursos de opressão: “É uma forma de falar isso aqui é o nosso espaço, a gente não vai continuar isolado na periferia onde vocês delegaram como sendo nosso espaço, não. A gente vai chegar e ocupar”.

5 | APONTAMENTOS FINAIS: POR UM DIREITO À CIDADE LEFEBVRIANO

De acordo com Almeida (2013, p. 161), “a apropriação da cidade, de seus espaços e equipamentos, constitui-se como um elemento fundamental da condição juvenil contemporânea”, pois, a circulação pela cidade e o acesso ao que ela oferece transformaram-se em demandas, mostrando, da parte de alguns destes coletivos, a necessidade da criação de políticas públicas. Entretanto, é importante salientar que tais políticas não podem somente trabalhar no sentido de subverter a lógica do estereótipo de uma juventude descompromissada e irresponsável e de que o Estado é o único capaz de criar e gerenciar tais políticas. Ações que valorizam práticas culturais da juventude negra, apesar de importantes, os mantêm à margem da cidade (ou seja, se concentram nas periferias), não garantindo a esses sujeitos o “direito à cidade” no sentido proposto por Lefebvre. As áreas centrais da cidade ainda vão continuar sendo “a cidade”, ou seja, aquela parte da cidade em que esses jovens não terão acesso e nem o direito de circular por ela.

Enquanto planejadores precisamos repensar as políticas que, por mais bem intencionadas e inovadoras elas sejam, correm o risco de apenas “democratizar” a cidade sem de fato romper com as estruturas de opressão presentes no espaço urbano. Para Miraftab (2016, p. 366), “o planejamento como o conhecemos está se defrontando com uma crise de legitimidade. Suas contradições e falsas promessas manifestam-se em crescentes desigualdades”; por isso “necessitamos considerar essas práticas seriamente e reconhecê-las como instâncias do fazer a cidade, como exemplos das pessoas planejando seus próprios futuros, um futuro que corporifica um urbanismo humano” (2016, p. 367). Segundo a autora (2016, p. 368), um planejamento insurgente seria um modelo alternativo onde as práticas cidadãs também são reconhecidas como formas de planejamento. O planejamento insurgente e os agentes envolvidos em suas práticas buscam uma inclusão através da autodeterminação, onde os direitos das pessoas são de fato efetivados. Acreditamos que o planejamento insurgente seja uma das principais alternativas capazes de efetivar o “direito à cidade” revolucionário e anticapitalista defendido por Lefebvre.

Assim como o conceito de “direito à cidade” de Lefebvre foi esvaziado com a sua inserção aos sistemas jurídicos estatais, os movimentos sociais insurgentes correm o risco de perderem o seu significado, e assim desaparecer. É preciso que nós, enquanto planejadores, sejamos cuidadosos ao nos aproximar dos movimentos sociais, entendendo

o nosso lugar enquanto apenas agentes coadjuvantes e apoiadores, evitando apagar o protagonismo dos seus dirigentes. Para que o “direito à cidade” seja amplamente assegurado a todas e todos, é necessário que todas e todos estejam engajados nessa luta, independente da cor/raça, gênero, sexualidade, faixa etária, condição social e origem. É importante que todos tenham espaço para se autoafirmar, e assim apresentar as suas pautas e lutar pelos seus direitos. Principalmente a juventude negra e periférica, que mesmo estando em situação de extrema vulnerabilidade social, demonstra um enorme potencial como agente transformador da sociedade. Neste sentido, concluímos este trabalho concordando com Gabriela Leandro quando afirma que:

(...) nesse país Brasil, tão vasto, a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano foram e ainda são peças fundamentais para manutenção das opressões nas cidades. Embora imaginar e construir territórios sejam práticas históricas inerentes à população negra do lado de cá do Atlântico, o racismo, essa tecnologia que opera o mecanismo de morte, continua a produzir a desumanização de determinados sujeitos, corroborando para a desclassificação de sua propriedade no fazer cidade. O racismo neutraliza o constrangimento da eliminação do outro, e de suas faculdades. Reconhecer a sua existência estrutural e encará-la de frente parece ser o único caminho viável para que seja profícuo o encontro entre o direito à cidade e as questões raciais, vislumbrando a conciliação para uma vida comum possível (LEANDRO, 2019, online).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Renato S. “Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. 204 p.
- BERNADINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Org.). **Levando raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 251 p.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p.
- BRASIL. Senado Federal. **CPI Assassinato de Jovens**. Brasília, 2016.155 p.
- BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília, 2013.103 p.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2018. 93 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010 - São João del-Rei (MG)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-del-rei>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Carta Mundial Pelo Direito à cidade**. Bamako, Caracas e Karachi, 12 jun. 2006.

LAGE, Daniel Victor Gouveia. **Juventude negra e o direito à cidade**: Um estudo sobre a vivência de jovens negros da periferia em São João del-Rei - MG. 2019. 130 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

LEANDRO, Gabriela. **Direito à cidade e questões raciais**. Salvador: Coletiva, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MIRAFTAB, Faranak. "Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, Recife, 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANCHES, Jussara Romero; SOBREIRA, Gabriel Miaki; ARAUJO JUNIOR, Miguel Etinger de. "De Lefevre a Harvey: uma análise crítica do direito à cidade como instituto jurídico". **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 3-19, set. 2017. Semestral.

SANTOS, Bruna Lúcia dos. **O lugar da mulher negra no espaço urbano**: da segregação socioespacial à resistência no bairro São Dimas em São João del-Rei - MG. 2018. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2018.

SILVA, José Carlos Gomes da. "Juventude e segregação urbana na cidade de São Paulo: os números da vulnerabilidade juvenil e a percepção musical dos rappers". **Ponto Urbe** (online), 2007. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1250>> Acesso em: 14 set. 2019

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arborização 68, 140, 141, 175, 176, 179, 180, 181, 183, 185, 194, 195, 199, 200

Arquitetura hospitalar 14, 17, 21, 23, 27, 32, 33

Assentamentos precários 98, 99, 101

C

Caminhabilidade 133, 137

Capitais litorâneas brasileiras 186

Cidades médias 220, 221, 222, 233, 262

Conforto térmico 1, 2, 3, 4, 5, 8, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 45, 173, 175

Crecimiento urbano sostenible 203, 218, 219

D

Desenvolvimento de bairro 49, 51, 52

Dinâmica urbana 246

Direito à cidade 98, 99, 100, 102, 107, 108, 121, 122, 123, 130, 131, 132, 296

Direito à moradia adequada 98, 102, 107

E

Eficiência energética 1, 3, 4, 5, 7, 8, 11, 12, 13, 22, 23, 26, 29, 30, 31, 32, 34, 38, 43, 47, 48, 56, 61

Espaços livres 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 172, 173, 243

Estratégias bioclimáticas 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 29, 30, 31, 32, 33

F

Feiras livres 147, 148, 149, 150, 152, 155, 157, 158

Frentes de água 234, 235, 236, 242, 243, 244

G

Gestão de riscos em retrofit 88, 94

Gestão territorial 49, 50

I

Infraestrutura 2, 49, 50, 52, 53, 56, 59, 60, 88, 89, 96, 99, 100, 103, 105, 110, 114, 115, 117, 118, 125, 127, 135, 138, 139, 141, 143, 161, 178, 223, 229, 231, 242, 252, 254, 258, 259, 260, 264, 266, 267, 270, 272, 277, 281, 283, 284, 286, 287, 289, 296, 301

Instrumentos de governança ambiental 186

J

Juventude negra periférica 121, 123, 125, 126, 128, 129

L

LEED-ND 49, 51, 53, 54, 55, 58, 59, 60

Legislação urbanística 119, 220, 222, 231, 251, 255, 257, 261, 292

M

Metrô 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304

Microbacias urbanas 246

Mobilidade 50, 52, 60, 61, 115, 118, 127, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 149, 222, 225, 237, 242, 291, 292, 296

P

Planejamento insurgente 121, 130

Planejamento urbano 49, 50, 52, 121, 122, 131, 133, 135, 136, 139, 144, 158, 162, 181, 193, 199, 220, 222, 232, 233, 287, 296, 305

Plano diretor 103, 104, 122, 160, 164, 194, 200, 202, 220, 221, 223, 224, 230, 231, 232, 233, 248, 255, 256, 257, 258, 262, 263, 266, 275, 277, 278, 285, 287, 291, 292, 296

Políticas públicas 13, 59, 100, 110, 118, 123, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 144, 145, 160, 162, 172, 186, 190, 192, 215, 216, 221, 258, 287

Procesos territoriales 203, 211, 217

Projeto de extensão universitária 109, 111

Q

Qualidade de vida 37, 50, 100, 101, 104, 115, 118, 138, 161, 167, 175, 176, 180, 181, 184, 185, 187, 221, 228, 231, 262, 292

Questões ambientais urbanas 186

R

Reciclagem 34, 39, 40, 56, 76, 78, 79, 86

Regularização fundiária 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Residência sustentável 34

Resina vegetal de mamona 76, 80, 84

Retrofit 8, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

S

Simulação computacional 63

Sistema intermodal 264, 265, 266, 268, 281, 284

Sistemas fotovoltaicos 63, 65, 66

Sustentabilidade 1, 2, 16, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 43, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 91, 109, 110, 111, 115, 118, 119, 132, 134, 137, 146, 175, 181, 192, 195, 197, 227

Sustentabilidade social urbana 109, 115, 118, 119

T

Transformações socioespaciais 288, 289

Transformações urbanas 134, 232, 288, 290, 302

U

Urbanidade 164, 234, 236, 240, 242, 243, 244, 305





V

Variáveis ambientais 2, 3, 4, 7, 8, 9

Vivência urbana 121, 126

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br